



CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

Junho 2016 | Ano 9 | Edição 47

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL



ÍNDICE

Apresentação	3
Introdução	4
Fernando Sampaio	8
Carlos Tuma Delbin	12
Eduardo Assad	16
Conclusões	20

Mário Sérgio Vasconcelos



Apresentação

Os compromissos internacionais assumidos em 2015 pelo Brasil para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, no âmbito do Acordo de Paris, têm como pontos chave **a agropecuária de baixo carbono, a recuperação de pastagens degradadas e o fim do desmatamento ilegal**. O 47º Café com Sustentabilidade da FEBRABAN, realizado em 28 de junho de 2016, abordou as oportunidades da pecuária sustentável no cumprimento desses objetivos, o papel do setor financeiro nessa indução e como o Brasil poderá alavancar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente.

É desnecessário falar da importância da pecuária no cenário econômico brasileiro e o quanto ela contribui para a composição do PIB brasileiro e com a geração de empregos. **Com um rebanho bovino estimado em 200 milhões de cabeças, a atividade vem se organizando, nos últimos anos, para intensificar e modernizar suas práticas**. E o setor financeiro está atento às oportunidades geradas pela pecuária sustentável e sua contribuição para alcançarmos os compromissos firmados em Paris.

O 47º Café com Sustentabilidade mostrou as iniciativas do setor na busca por uma produção de carne ambientalmente correta, com rastreabilidade e eficiência; o aprendizado do setor financeiro no financiamento de iniciativas de baixo carbono na agropecuária, a magnitude do desafio de reduzir as emissões de gases de efeito estufa nas próximas décadas e, ao mesmo tempo, abrir os mercados internacionais para produtos brasileiros com garantia de origem sustentável.

Boa leitura!



Introdução

A pecuária é hoje a atividade que mais ocupa terras no Brasil – são cerca de 170 milhões de hectares de pastagens, que abrigam um rebanho bovino quase do tamanho da população brasileira. Com grande importância econômica para o país, a atividade enfrenta o desafio de produzir com menor impacto ambiental.

Na abertura do evento, o moderador Luiz Fernando Amaral, diretor de Responsabilidade Social Corporativa do Rabobank, destacou a forma como a pecuária vem se organizando para discutir e realizar ações que tragam maior sustentabilidade à atividade.

“As empresas vêm sendo líderes em uso de tecnologias de rastreamento, monitoramento geoespacial e na integração lavoura-pecuária-floresta, uma nova forma de se produzir que tem potencial de trazer impactos positivos do ponto de vista ambiental”, afirmou Amaral.

Um dos exemplos de iniciativa para organizar o setor com o objetivo de alcançar padrões maiores de eficiência foi apresentado por Fernando Sampaio, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), fórum que reúne a cadeia de valor da pecuária no Brasil - varejo, indústria frigorífica e de insumos, setor financeiro, produtores e sociedade civil - foi idealizado em 2007 e atua na capacitação, disseminação de boas práticas, apoio à restauração de pastagens e adequação das propriedades ao Código Florestal.

Sampaio, que também é presidente do GTPS, apresentou dados que comprovam que, nos últimos anos, as áreas ocupadas com pastagens no país estão em processo de redução, ao mesmo tempo em que a produtividade está aumentando, por causa da incorporação de tecnologia na produção.

“A previsão é de que a pecuária pode liberar até 17 milhões de hectares de pastagens, que podem servir tanto para o crescimento da agricultura, como para atender a recuperação prevista no Código Florestal”, afirmou durante o evento. “Acelerar isso é crucial para o setor”, reiterou.

Uma das estratégias apresentadas durante o evento foi o projeto chamado Pecuária Sustentável na Prática, com sete pilotos realizados em cinco Estados (MT, PA, MS, BA, AM), com foco em boas práticas. Segundo Sampaio, a agenda de atuação do GTPS nos próximos anos vai priorizar três áreas: **a intensificação da pecuária, adequação legal e origem sustentável da carne, uma demanda do varejo e dos consumidores.**

O papel do setor financeiro no fomento de uma atividade produtiva sustentável no campo foi o tema da palestra de Carlos Tuma Delbin, gerente geral de Assessoramento Técnico ao Agronegócio do Banco do Brasil. O executivo apresentou quais os tipos de investimentos e financiamentos disponíveis e como viabilizar e ampliar a prática de programas de baixo carbono. Um deles é o crédito disponível desde 2011 para o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), do governo federal, que tem no BB o principal financiador, com 85% de aplicação de recursos. O banco também tem linhas disponíveis para o plantio direto, com quase R\$ 15 bilhões aplicados na tecnologia, consagrada para mitigação de gases de efeito estufa, para diferentes culturas.



O desafio para os técnicos do banco que trabalham em campo é adotar a chamada visão sistêmica da propriedade rural, fundamental para colocar em prática a agropecuária de baixo carbono. *“É comum os financiamentos agrícolas serem focados em um item, como o custeio da produção de milho ou soja, mas entender propriedade como um todo é um desafio, tanto para as instituições financeiras, quanto para as próprias assistências técnicas rurais”*, explicou.

Ele vê os compromissos assumidos em Paris como oportunidades. Segundo Delbin, a pecuária bovina é o item mais representativo na carteira de agronegócio do Banco do Brasil, com cerca de R\$ 35 bilhões de crédito

aplicado, o equivalente a 20% da carteira de crédito rural.

Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, falou sobre os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e as oportunidades que a intensificação da pecuária deve trazer para a pecuária brasileira.

“Com melhoria dos pastos e intensificação com o sistema integração lavoura-pecuária-floresta, poderemos chegar a uma taxa de ocupação de 3,5 cabeças por hectare. Com isso, será possível termos um boi limpo, com certificação ambiental garantida e taxa de conversão em alimento muito rápida. Essa carne valerá muito”, disse Assad.

Segundo ele, a Embrapa Informática está trabalhando em uma metodologia de cálculo que incorpore as diferentes variáveis da pecuária nacional, pois o boi produzido em pasto degradado emite grande quantidade de gases de efeito estufa, especialmente o metano, mas à medida que a atividade é intensificada e os pastos são recuperados, esse mesmo boi pode se tornar neutro em emissões – um cálculo que, segundo Assad, não é trivial, mas poderá levar a uma

certificação de carne “carbono neutro”, o que trará vantagens competitivas para o produto brasileiro.

Assad ressaltou ainda que só com a plena implementação do programa Agricultura de Baixo Carbono o país poderá deixar de emitir, nos próximos dez anos, 1 bilhão de toneladas de gases de efeito estufa, quase a totalidade do que o país todo emite, hoje, que é 1,3 bilhão de toneladas de CO² equivalente.

“ É comum os financiamentos agrícolas serem focados em um item, como o custeio da produção de milho ou soja, mas entender propriedade como um todo é um desafio, tanto para as instituições financeiras, quanto para as próprias assistências técnicas rurais.

Carlos Tuma Delbin



Fernando Sampaio

Diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)



Na primeira palestra do evento, Fernando Sampaio, diretor-executivo da Abiec, apresentou a iniciativa do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, fórum multi-stakeholder idealizado em 2007 para organizar a cadeia produtiva da pecuária em torno de melhores práticas e produção sustentável.

O grupo segue o modelo de mesa-redonda, a exemplo das iniciativas voltadas para a soja e óleo de palma, e inclui representantes de todos os segmentos da cadeia: indústria de insumos, produtores, frigoríficos, setor financeiro, sociedade civil e varejo. Com uma sólida estrutura de governança, o grupo reúne representantes de todas as categorias

em seu Conselho Diretor, promove eventos e fomenta discussões para a disseminação de boas práticas, capacitação de produtores, recuperação florestal e a adequação legal das propriedades prevista no Código Florestal. São três os principais focos do trabalho do grupo: **intensificação, adequação legal e originação sustentável.**

No que tange à intensificação da pecuária, Sampaio destacou que ela está ocorrendo em todo o país, embora seja necessário acelerar esse processo. Nos últimos anos, as áreas ocupadas com pastagens no país estão em processo de redução, ao mesmo tempo em que a produtividade está aumentando,

por causa da incorporação de tecnologia na atividade. *“A previsão é de que a pecuária poderá liberar até 17 milhões de hectares de pastagens, que podem servir tanto para o crescimento da agricultura, como para atender a recuperação prevista no Código Florestal”*, afirmou.

“Acelerar é crucial, tanto para o desenvolvimento sustentável da própria pecuária quanto para toda a agricultura brasileira”, disse.

Segundo Sampaio, os tempos mudaram e a pecuária hoje precisa dar lucro, uma nítida diferença em comparação com os tempos da hiperinflação, em que ter um boi no pasto significava uma reserva de

valor para os momentos de dificuldade financeira. No entanto, alcançar plena rentabilidade requer recursos – quanto mais investimento é feito na pecuária, mais ela prospera e tem condições de dar retorno ao pecuarista.

Quando se fala em intensificação, há um extenso leque de tecnologias que podem ser utilizadas pelo produtor e não implicam, necessariamente, em confinamento do gado ou nos sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta (iLPF). Mas o produtor terá de investir principalmente em insumos para reforma de pastagens, como fertilizantes, e também em suplementação nutricional para a engorda do boi.



“São esses os dois principais insumos quando se começa a intensificar a produção. São necessários investimentos em sanidade e genética, mas os custos são menores comparados aos custos de fertilizantes e nutrição”, disse Sampaio.

Outro passo necessário para apoiar o produtor é reconhecer as disparidades dentro do setor – de um lado, há pecuaristas extremamente eficientes e que já incorporaram tecnologia à produção e, de outro, uma grande classe média rural, formada por produtores que estão descapitalizados e desmatam quando os pastos se tornam degradados – Sampaio estima que devem existir um milhão de produtores nessa situação. *“Esse é o produtor que ocupa mais espaço, não tem acesso a informação, assistência técnica e crédito. Ele é avesso a bancos e muito pouco endividado em relação aos agricultores”, afirmou.*

O presidente do GTPS destacou ainda que há regiões prioritárias no país para a intensificação da pecuária, com base em um estudo realizado pela consultoria Agroicone. Estados como Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins estão entre as regiões onde há mais oportunidades de ganhos com a intensificação – nessas regiões, é possível sair de um patamar de um animal por hectare para até 3 a 4 cabeças por hectare.

Uma das iniciativas do GTPS foi o projeto Pecuária Sustentável na Prática, que desenvolveu sete pilotos em cinco estados (MT, PA, MS, BA, AM), com foco em boas práticas, atingindo 800 produtores. Em cada piloto, algumas fazendas atuaram como centros de disseminação de conhecimento para a região, influenciando produtores do entorno.

O grupo também publicou o Guia de Práticas para a Pecuária Sustentável, disponível no site www.pecuariasustentavel.org.br, com informações que podem ajudar produtores e técnicos agrícolas na tomada de decisão sobre como começar o processo de intensificação.

O segundo foco da atuação do GTPS, a adequação legal das propriedades, tem como objetivo cumprir um dos compromissos firmados pelo Brasil no acordo de Paris, que é restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

Em todo o país, existem 190 milhões de hectares de áreas protegidas dentro de propriedades rurais, tanto em áreas de preservação permanente (APPs) quanto em Reserva Legal (RL) – que, juntas, estocam até 99 bilhões de toneladas de carbono. O grande impasse para recuperar os passivos ambientais é o custo do reflorestamento, e uma das iniciativas do GTPS tem sido discutir meios de colocar em prática a recuperação sem onerar o produtor.

“A pecuária, hoje, não paga os custos dessa restauração. O produtor que tiver que plantar sua reserva legal terá impactos em seu fluxo de caixa”, disse Sampaio.

Em alguns biomas, como na Mata Atlântica, o déficit de áreas de preservação chega a 500 mil hectares.

O terceiro ponto da agenda do GTPS é originação sustentável: mostrar ao mercado que a carne produzida no Brasil, especialmente na Amazônia, está cada vez mais desvinculada do desmatamento.

O desafio começou em 2009, quando os principais frigoríficos e redes varejistas assinaram compromissos públicos com o Ministério Público Federal e organizações da sociedade civil para monitorar seus fornecedores e só comprar gado de áreas em que não houvesse desmatamentos ilegais. *“De lá para cá, conseguimos descolar a curva do desmatamento da produção de carne na Amazônia”, disse Sampaio.*

Segundo ele, isso é fruto de uma série de ações, tanto públicas quanto privadas, como a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), monitoramentos via satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o investimento do setor privado em tecnologias de monitoramento e rastreabilidade, que permitem aos frigoríficos controlar e selecionar a origem do gado. *“Estamos ampliando o monitoramento de fornecedores e cruzando informação com dados do desmatamento, com as listas do trabalho escravo e do Ibama e a ideia é que ao longo do tempo, toda a indústria frigorífica esteja trabalhando com os mesmos critérios”, ressaltou Sampaio, ao finalizar sua apresentação.*

Carlos Tuma Delbin

*Gerente Geral de Assessoramento Técnico
ao Agronegócio do Banco do Brasil*



Especialista em agronegócio, o gerente geral do Banco do Brasil Carlos Tuma Delbin realizou a segunda palestra do 47º Café com Sustentabilidade, abordando a importância da atuação do Banco do Brasil para a agropecuária brasileira, as experiências do banco com a pecuária sustentável e as oportunidades que a adoção de boas práticas podem trazer para o setor financeiro no Brasil.

O crédito no BB é direcionado conforme os riscos climáticos, financeiros e de mercado, e cada vez mais tem sido direcionado a sistemas de produção resilientes e viáveis economicamente. Delbin explicou que, para nortear a concessão de

financiamentos são utilizadas algumas ferramentas, como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) da Embrapa Metodologia do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa), e o Referencial Técnico Agropecuário (RTA), metodologia desenvolvida pelo banco.

O ZARC permite, por meio de portarias divulgadas por cultura e unidade da federação, identificar riscos climáticos, as melhores épocas para plantios nos diferentes tipos de solo, para cada município e para cada cultura.

Já o sistema RTA é uma base de dados alimentada pelas equipes de assessoramento técnico de agronegócio que identifica, para

cada empreendimento, os riscos de ocorrência de intempéries climáticas em função do histórico. Além disso, o aplicativo identifica preços dos principais produtos agrícolas financiados pelo banco, a produtividade obtida para cada um e cada microrregião, e permite o cálculo de uma receita esperada para aquele empreendimento.

O sistema ainda classifica o empreendimento em graus de atratividade – de A até E, em função de fatores como rentabilidade e variação de produtividade. Segundo Delbin, o sistema é alimentado, em todo o Brasil, por 239 assessores de negócios, 16 gerentes de setor e 3 gerentes gerais, o que confere

alto grau de confiabilidade à ferramenta. Além de alimentar a base do RTA, o departamento de agronegócio do BB também é responsável por prestar consultoria ao conglomerado, disseminação de conhecimento, estudos de mercado em cadeias produtivas e tratar a questão ambiental com enfoque mais operacional dentro do banco.

Este ano, o Banco do Brasil lançou ainda o Geomapa Rural, um aplicativo para celular que permite capturar e enviar as coordenadas geográficas, como latitude e longitude, e o perímetro da área a ser financiada, diretamente para os bancos de dados do banco.

A solução tecnológica veio facilitar o envio de informações das coordenadas das áreas financiadas, uma determinação do Banco Central na contratação de operações de custeio agrícola a partir de R\$ 300 mil. *“As tecnologias são um primeiro passo para uma qualificação maior na concessão dos financiamentos”*, disse Delbin. Com o Geomapa Rural, por exemplo, o gestor consegue identificar problemas que só seriam percebidos com uma fiscalização. *“É possível saber se determinada área está adequada, se há sobreposição de áreas que já foram financiadas no passado ou se é um local destinado à preservação”*, explicou.

Delbin também discorreu sobre as linhas de crédito do BB específicas para fomentar a sustentabilidade na agropecuária brasileira. O banco é responsável pela aplicação de 85% dos recursos destinados ao Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), iniciativa do governo federal para incentivar práticas agrícolas que reduzam emissões, como o plantio direto, sistemas de iLPF (integração Lavoura Pecuária Floresta), adequação ambiental e produção orgânica e recuperação de pastagens. Só no custeio agrícola, foram destinados R\$ 14,8 bilhões aplicados em plantio direto, tecnologia já consagrada para a mitigação dos gases de efeito estufa.

O banco atua ainda no âmbito do Inovagro (Programa de Incentivo à

Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária), que fornece crédito para cultivos como fruticultura, floricultura, cafeicultura e produção de mudas florestais, entre outras; e no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), voltado a pequenos produtores e culturas extrativistas, como dendê e seringueira.

Desde que começou a ser oferecido, em 2011, o Programa ABC tem representado um desafio e um aprendizado para as áreas técnicas da instituição. No início, havia um desconhecimento do programa, tanto por produtores, quanto pelas instituições financeiras e assistências técnicas.

“Havia também gargalos operacionais, pois é um programa com objetivos complexos. Financiar a agricultura sustentável é diferente de financiar um trator”, resumiu Delbin.

Todas as propostas de ABC que chegam ao BB são analisadas pelos técnicos da equipe de agronegócios – com exceção das propostas que envolvem plantios florestais que, segundo ele, são mais fáceis de serem entendidas. O Programa ABC requereu um esforço de treinamento dos funcionários e empresas de assistência técnica conveniadas e foram feitas parcerias com entidades de classe para



impulsionar a divulgação e ajudar os produtores a entender os benefícios do programa. *O Banco do Brasil é hoje o principal financiador da pecuária bovina no Brasil: a atividade corresponde a 20% da carteira de crédito rural da instituição, que fechou 2015 com R\$ 34,7 bilhões aplicados na atividade, dentro de um total de R\$ 174,9 bilhões.* Em razão disso, Delbin vê como fundamental o papel do setor financeiro no cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris, que incluem a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa, a implementação de 5 milhões de hectares de iLPF e recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens. *“A pecuária tem o maior potencial para contribuir com esses objetivos”*, ressaltou Delbin.

O desafio para os técnicos do banco que trabalham em campo é adotar uma visão sistêmica da propriedade

rural, fundamental para colocar em prática a agropecuária de baixo carbono. *“É comum os financiamentos agrícolas serem focados em um item, como o custeio da produção de milho ou soja, mas entender propriedade como um todo é um desafio, tanto para as instituições financeiras, quanto para as próprias assistências técnicas rurais”*, salientou.

Viabilizar o apoio financeiro para produtores que queiram fazer regularização ambiental também é uma tarefa em que sua área pretende se debruçar nos próximos anos – muitas vezes, o banco fica restrito às regras do sistema e às políticas governamentais e não consegue aplicar diferenciais na concessão do crédito. *“Mas dar suporte financeiro para as boas práticas, oferecer diferenciais em termos de tarifas para a pecuária sustentável ou para a produção certificada são desafios a serem perseguidos”*, concluiu Delbin.

Eduardo Assad

Pesquisador da Embrapa
Informática Agropecuária



Referência quando o assunto são mudanças climáticas e agropecuária, o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária, destacou, na terceira palestra do evento, os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e as oportunidades que a intensificação da pecuária deverá trazer para a pecuária brasileira. Para Assad, será preciso um esforço para que os objetivos climáticos de médio e longo prazo e as boas políticas, como o Programa ABC, não se percam diante das incertezas do cenário político e econômico atuais.

Com uma concentração de carbono na atmosfera chegando a 407 partes por milhão (ppm), todos os setores

precisam se empenhar para evitar que a temperatura da Terra se eleve acima de 1,5 °C.

“Não se iludam: vai ser necessário tirar carbono da atmosfera. Se a humanidade continuar mais dez anos com a mesma taxa de emissão que temos hoje, chegaremos aos 450 ppm, e aí a coisa começa a ficar muito feia”, salientou Assad. “Se o aquecimento global chegar a 2 °C, não se sabe o que acontecerá com as plantas, do ponto de vista fisiológico. O conhecimento científico disponível hoje não permite fazer projeções”, afirmou.

Em razão disso, já estão surgindo barreiras não tarifárias que podem ser impeditivas para a exportação

de produtos brasileiros que sejam intensivos em carbono.

Segundo ele, qualquer esforço, de qualquer setor, para reduzir emissões será bem-vindo, e a pecuária é um dos protagonistas no Brasil.

Assad traçou um histórico da trajetória das emissões brasileiras que culminaram com as metas assumidas no Acordo de Paris, na COP-21. Os compromissos de Paris foram calculados em cima das emissões relativas ao ano de 2005 - que foi justamente o momento em que o Brasil registrou um pico de desmatamento na Amazônia, quando foram cortados 25 mil km quadrados de florestas.

Na ocasião, **as mudanças no uso da terra representavam 57% das emissões nacionais.**

Nos anos subsequentes, os esforços públicos e privados para conter o desmatamento fizeram as emissões brasileiras por mudanças no uso da terra cair para 22% em 2010, o que, na prática, contribuiu para que 37% da meta de Paris esteja praticamente cumprida.

O Brasil saiu de um patamar de 2,1 bilhões de toneladas de CO² equivalente em 2005 para 1,3 bilhão t CO² em 2010 - e desse total, cerca de 400 a 500 milhões t CO² vêm da agropecuária, por isso o segmento deve ser o foco de ação hoje.



Se com a redução das emissões decorrentes do desmatamento a pecuária passou a ser um grande emissor de gases de efeito estufa, em razão do metano produzido pela fermentação entérica dos animais e do uso de fertilizantes sintéticos, por outro lado a contabilidade das emissões de gases de efeito estufa do Brasil precisa levar em conta que o gado brasileiro é criado no pasto. E se o pasto for de boa qualidade, as gramíneas têm o poder de sequestrar carbono da atmosfera e fixa-lo no solo, balanceando os gases de efeito estufa emitidos pelo rebanho.

Segundo ele, a Embrapa Informática está trabalhando em uma metodologia de cálculo para o inventário nacional de emissões que incorpore as variáveis da pecuária nacional, pois o boi produzido em pasto degradado emite grande quantidade de gases de efeito estufa, especialmente metano, mas à medida que a atividade é intensificada e os

pastos são recuperados, esse mesmo boi pode se tornar neutro em emissões – um cálculo que, segundo Assad, não é trivial, mas poderá levar a uma certificação de carne “carbono neutro”, o que trará vantagens competitivas para o produto brasileiro. **“Nosso boi não é produzido em cima de uma placa de cimento, ele é produzido no pasto”**, destacou Assad.

Das 200 milhões de cabeças de gados que compõem o rebanho brasileiro, uma parte está em cima de pasto bom, e essa parte tem neutralização do metano pelo carbono capturado. Outra parte emite muito – e essa parcela é prioritária em termos de recuperação de pastos e intensificação. De acordo com os mais recentes mapas elaborados pela Universidade Federal de Goiás (UFGO), as pastagens degradadas não são maioria no país: representam cerca de 42 milhões de hectares, enquanto os demais 120

milhões de hectares são pastos não degradados. Um animal produzido em pasto degradado pode emitir até 55 kg de metano por cabeça, mas o mesmo em pastos com boas condições pode ter suas emissões neutralizadas. Essas diferenças na metodologia de cálculo foram aceitas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável pelo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, o cálculo das emissões da pecuária deverá levar em consideração o fato de que os novilhos são abatidos mais cedo – há alguns anos, a idade média para abate era de quatro anos e hoje isso foi reduzido para dois anos e, em alguns casos, 18 meses. A recuperação das pastagens associada à intensificação também trará resultados em relação às emissões do gado brasileiro. Sair de uma taxa de 0,5 unidade animal por hectare, que é uma lotação extremamente baixa, para um patamar de 3 a 4 animais por hectare (dentro do sistema iLPF - integração Lavoura Pecuária Floresta) permitirá que o Brasil deixe de emitir o equivalente a 686 milhões de toneladas de CO² em dez anos.

Face às boas perspectivas que a intensificação da pecuária poderá trazer para o país, o pesquisador da Embrapa manifestou preocupação em relação ao ritmo com que os recursos do Programa ABC vêm sendo aplicados. Os recursos direcionados

para o programa foram reduzidos, saindo de R\$ 4,5 bilhões em 2014 para R\$ 3 bilhões em 2015 e R\$ 2 bilhões em 2016. Por ser um indutor tecnológico, o programa ABC é fundamental para a melhoria das condições ambientais da pecuária brasileira, ressaltou Assad.

“Com o programa ABC, sequestramos 1,8 bilhões de toneladas de carbono da atmosfera em dez anos, mas sem ele foram emitidos 670 milhões de toneladas. Então R\$ 3 bilhões de crédito é pouco para chegarmos a um bom resultado, seria necessário o dobro”, disse.

Para o pesquisador da Embrapa, a transição da pecuária que emite carbono para a do boi “carbono neutro” vai depender da aplicação desses recursos. O boi em pasto degradado chega a emitir 32 kg de CO² por ganho de peso vivo, mas com a intensificação essa pegada pode chegar a 3,2 kg CO². **“Com isso, será possível termos um boi limpo, com certificação ambiental garantida e taxa de conversão em alimento muito rápida. Essa carne valerá muito”**, disse Assad. O avanço nessa direção dependerá, além do incentivo governamental à agricultura de baixo carbono, de governança, transferência de tecnologia e aproximação do setor financeiro com a área técnica. **“Estamos caminhando devagar, mas podemos andar mais rápido”**, concluiu o pesquisador.

Conclusões

“ Um dos fatores que impedem o pecuarista de ir ao banco é sua sensação de insegurança jurídica, o fato de não ter o título da propriedade

Fernando Sampaio

”



Segundo ele, a regularização fundiária está dispersa em muitos órgãos diferentes (Incrá, Ibama, secretarias de meio ambiente), o que acaba sendo uma barreira para muitos produtores. Uma das saídas para a questão proposta pelo GTPS seria a criação de um balcão único para resolução de pendências, uma espécie de “Poupa Tempo Rural” para desburocratizar e facilitar o acesso do homem rural aos serviços.

Para Carlos Tuma Delbin, do Banco do Brasil, a pecuária é uma atividade que possui um risco de crédito maior em relação a outras vertentes do agronegócio, em razão de questões como transparência, rastreabilidade e continuidade das práticas. “O produtor procura o banco para contratar crédito via ABC, mas não sabemos o manejo futuro que ele fará naquela área”, disse.

Eduardo Assad, da Embrapa, reiterou que a pecuária não poderá fugir da obrigação de mensurar e monitorar suas emissões de gases de efeito estufa, tanto para comercializar seu produto com bons preços, quanto para ajudar o Brasil a cumprir as metas de redução das emissões firmadas no âmbito do Acordo de Paris.

Após as apresentações, os palestrantes do 47º Café com Sustentabilidade da FEBRABAN responderam a algumas questões levantadas pela plateia. O moderador Luiz Fernando Amaral, do Rabobank, deu início ao debate ao perguntar, para cada um dos palestrantes, quais seriam os pontos prioritários para que a pecuária brasileira atinja padrões mais altos de sustentabilidade.

Fernando Sampaio destacou que, entre as mudanças que estão ocorrendo na pecuária, uma delas é a troca de comando geracional – muitos filhos de pecuaristas, mais preparados, estão assumindo propriedades que foram abertas na década de 1970. É preciso modificar, no entanto, a postura do pecuarista em relação à tomada de crédito.



Ele citou novos mecanismos financeiros que estão emergindo, como os títulos green bonds, que podem ajudar o setor em seus desafios. *“Os green bonds estão aparecendo e podem ser uma oportunidade para o agronegócio brasileiro. Para isso, precisamos mostrar que somos eficientes no agronegócio de baixo carbono”*, afirmou.

No encerramento do 47º Café com Sustentabilidade, o diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, fez um balanço das lições aprendidas no decorrer do evento. A despeito do conturbado momento político e econômico que o Brasil vive, Vasconcelos ressaltou que, para o país sair da crise em todas as esferas, é preciso fazer as coisas que precisam ser feitas, do jeito certo.

“As iniciativas apresentadas pelo GTPS, Banco do Brasil e Embrapa nos mostraram claramente que existem soluções, que temos competência, tecnologia e criatividade para fazer

as coisas certas do jeito certo”, destacou. O diretor também chamou a atenção para a mudança no conceito do que é o agronegócio hoje, seu papel frente à sustentabilidade e como o setor financeiro deve acompanhar esse movimento. *“Lidamos com o produtor rural ou com o empresário rural? Vamos custear o milho e o trator ou vamos olhar o todo integrado, de forma sistêmica?”*, foram algumas questões levantadas. Para respondê-las, o setor financeiro precisa pensar de forma diferente e fazer as contas também de forma inovadora.

Nessa direção, Vasconcelos mencionou o grupo de trabalho constituído na FEBRABAN com essa visão. *“Queremos saber como aumentar o papel do setor financeiro no financiamento da recuperação das propriedades sob o ponto de vista sistêmico. Não temos essa experiência, mas estamos construindo de forma compartilhada com os bancos e outros atores”*, concluiu.



CRÉDITOS

Redação

Andrea Vialli
Jornalista | MTB 29.798

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos
Diretor de Relações Institucionais

Projeto Gráfico

Agência Mantra

Fotos

Dayana Souza

Informações

sustentabilidade@febraban.org.br

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, 15° andar | CEP 01452-921 | São Paulo | SP

www.febraban.org.br